

**Especialização em Direito Público Municipal**



**Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales**

**DADOS DO CANDIDATO**

NOME: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
ASS.: \_\_\_\_\_

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

1. Este CADERNO DE QUESTÕES contém 50 questões numeradas de 1 a 50, dispostas da seguinte maneira: a ) as questões de 1 a 10 são relativas à área de Língua Portuguesa.  
b) as questões de 11 a 50 são relativas à área de Conhecimentos em Legislação.
2. Confira se o seu CADERNO DE QUESTÕES contém a quantidade de questões e se essas questões estão na ordem mencionada na instrução anterior. Caso o caderno esteja incompleto, tenha defeito ou apresente qualquer divergência, comunique ao aplicador da sala para que ele tome as providências cabíveis.
3. Para cada uma das questões, há apenas uma alternativa correta. Leia cuidadosamente as questões e marque a resposta correta na FOLHA DE RESPOSTAS.
4. O tempo disponível para fazer a prova é de (2) duas horas. Ao concluí-la entregue o CADERNO DE QUESTÕES e o FOLHA DE RESPOSTAS ao Fiscal.
5. Reserve tempo para o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS, não será concedido tempo adicional para o seu preenchimento.
6. Preencha a FOLHA DE RESPOSTAS com caneta de tinta azul ou preta. Cada candidato tem direito a apenas uma FOLHA DE RESPOSTAS.
7. Assine a lista de frequência que será passada pelo Fiscal com assinatura similar ao seu documento de identificação. Mantenha seu documento de identificação sobre a mesa para que o Fiscal possa comparar a similaridade da assinatura realizada no ato da prova.
8. As provas devem ser feitas individualmente e sem consulta. Qualquer tentativa de fraude implicará o cancelamento de sua inscrição.
9. Preencha corretamente os espaços destinados às respostas corretas na FOLHA DE RESPOSTAS. Evite rasuras, marcações incorretas, assinalar mais de uma alternativa na FOLHA DE RESPOSTAS, pois a resposta não será considerada.

## Especialização em Direito Público Municipal

### Língua Portuguesa

**1. Assinale a alternativa que está correta, de acordo com a norma padrão quanto à concordância verbal:**

- a) Fazem anos que não chove neste local.
- b) No local foi identificados os suspeitos do crime e estes foram levados à delegacia.
- c) Ainda que parecessem tristes, as cerejeiras floravam no verão seco.
- d) Aluga-se imóveis.
- e) A existência de incoerências levam-nos a crer que o texto não tenha sido revisado.

**2. Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas, na sequência correta e de acordo com as normas de concordância verbal:**

“\_\_\_ dias que se \_\_\_\_\_ uma resposta para as questões apresentadas. Não importa o que \_\_\_\_\_ os mestres, as questões \_\_\_\_\_ uma resposta, mesmo que não \_\_\_\_\_ aos sábios dizê-la.”

- a) fazem, procura, diga, têm, convém
- b) faz, procuram, digam, têm, convém
- c) faz, procura, digam, têm, convenha
- d) fazem, procura, digam, têm, convenha
- e) faz, procura, digam, tem, convenha

**3. Assinale a alternativa que preenche adequadamente as lacunas nas frases abaixo, respetivamente, quanto à concordância nominal.**

I – Seguem \_\_\_\_\_ à carta os documentos requeridos.

II – A resposta foi \_\_\_\_\_ explicada e não solucionou a dúvida.

III – Após várias reuniões, foi \_\_\_\_\_, por muito tempo, a ausência de soluções.

IV – Não constava da relação apresentada ao Tribunal a maior parte dos contratos e das parcerias \_\_\_\_\_.

- a) anexos – mal – considerado - assinados
- b) anexa – mal – considerada - assinados
- c) anexa – mau – considerado - assinados
- d) anexos – mau – considerada - assinados
- e) anexos – mal – considerada – assinados

**Leia o trecho abaixo para responder às questões seguintes**

No início dos anos 2000, a produção cinematográfica mundial passa a apresentar uma série de obras que **atualiza elementos de uma linguagem menos comercial (1)**. A ideia é que esse **conjunto de narrativas audiovisuais** cause certa inquietação no espectador **para que este tenha uma interação muito mais sensorial do que racional com o filme (2)**.

Surge assim a Estética de Fluxo, termo cunhado pelo crítico francês Stéphane Bouquet, em 2002, na revista Cahiers du Cinema. Sua principal referência são as obras das décadas de 1950 e 1960 dos cineastas Michelangelo Antonioni e John Cassavetes. Com o objetivo de proporcionar um panorama dessa tendência audiovisual, o Centro Cultural São Paulo realiza a mostra “Gus Van Sant e o Cinema de Fluxo”, que exhibirá 12 produções até o dia 7 de maio.

02.05.2019 Prefeitura de São Paulo – Secretaria Especial de Comunicação: “Centro Cultural São Paulo realiza mostra ‘Gus Van Sant e o Cinema de Fluxo’”

(<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/centro-cultural-sao-paulo-realiza-mostra-201cgus-van-sant-e-o-cinema-de-fluxo201d>)

## Especialização em Direito Público Municipal

**4. De acordo com o trecho acima reproduzido, assinale a alternativa que apresenta a interpretação INCORRETA.**

- a) Os filmes de que trata o texto têm sua proposta mais intensamente voltada à experiência dos sentidos e não da racionalidade.
- b) A Mostra realizada pelo Centro Cultural São Paulo busca apresentar um panorama dos filmes da chamada tendência da Estética de Fluxo.
- c) A Mostra é dedicada aos filmes dos cineastas Michelangelo Antonioni e John Cassavetes.
- d) A inquietação causada nos espectadores é uma intenção deliberada dos filmes.
- e) O termo Estética de Fluxo foi atribuído ao conjunto de filmes de linguagem menos comercial produzido no início dos anos 2000.

**5. As orações acima destacadas, (1) e (2), têm funções específicas dentro do parágrafo reproduzido. Considerando-se o texto, analise as afirmativas abaixo:**

I. A oração (1) complementa produção cinematográfica, como o seu adjetivo. Se a oração (1) fosse retirada do texto, o termo produção cinematográfica estaria esvaziado de sentido no texto.

II. A oração (1) é uma oração subordinada adjetiva, pois seu objetivo é adjetivar a expressão série de obras. A função da oração (1) é qualificar o termo série de obras, restringindo a amplitude do seu sentido.

III. As duas orações destacadas, (1) e (2), são orações subordinadas, pois, se retiradas do texto, não seriam capazes de produzir sentido textual “sozinhas”.

IV. A oração (2) exerce a função de oração subordinada adverbial condicional, isto é, a conjunção para que apresenta o caráter de condicionante da oração e poderia ser substituída pela conjunção “se”.

V. A oração (2) exerce a função de oração subordinada adverbial final, isto é, a conjunção para que apresenta o caráter de finalidade da oração e poderia ser substituída pela conjunção “a fim de que”.

Assinale a alternativa que contenha as afirmativas corretas:

- (a) I, III e IV.
- (b) II, III e V.
- (c) II, III e IV.
- (d) I, III e V.
- (e) todas estão corretas.

**6. No texto acima, encontra-se sublinhado um pronome, cuja função anafórica é referenciar um substantivo, ou nome, anteriormente apresentado dentro de uma sequência de termos que se sucedem. Assinale dentre as alternativas abaixo a que corretamente descreve o termo a que se refere o pronome sublinhado (este):**

- a) inquietação
- b) narrativas audiovisuais
- c) conjunto
- d) ideia
- e) espectador

**Leia o trecho abaixo para responder às questões seguintes**

A **Secretaria Municipal de Educação**, em parceria com a **Secretaria Municipal de Saúde** e o **Slam das Minas SP**, apresenta o projeto **Cuidando do Seu Coração**, iniciativa que visa chamar a atenção da sociedade sobre a questão da **hipertensão arterial**.

## Especialização em Direito Público Municipal

Para divulgar esta ação, será realizado o **Concurso Cultural Poesia que Pulsa**, uma forma diferente de alertar as pessoas sobre a importância da prevenção e o combate desta doença.

**Para se inscrever no concurso**, as obras devem ser enviadas em formato de fala, com duração de até três minutos. É importante destacar que é permitida apenas uma obra por inscrição e **que esta** deve ser de total autoria da pessoa inscrita. **Serão selecionadas** obras de dez autores que irão se apresentar e competir em duas categorias: júri técnico e voto popular. O **coletivo Slam das Minas SP** integrará, em conjunto com especialistas das áreas de saúde e educação, o júri técnico do concurso. O voto popular será apurado **por meio de** engajamento nas redes sociais. Será criado um álbum de vídeos na página oficial do projeto Cuidando do Seu Coração no Facebook. Todos os vídeos dos dez finalistas serão publicados, e **o que** for mais compartilhado, ganhará a premiação por “Campeão do Voto Popular”.

(...)

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até o dia 5 de maio. Podem participar **jovens a partir de 14 anos, desde que** entreguem o termo de autorização assinado por um responsável legal.

02.05.2019 Prefeitura de São Paulo – Secretaria Especial de Comunicação: “Concurso promove conscientização sobre hipertensão e leva ganhador à FLIP”

(<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/concurso-de-slam-promove-conscientizacao-sobre-hipertensao-e-leva-ganhador-a-flip>)

**7. De acordo com o trecho acima reproduzido, assinale a alternativa que apresenta a interpretação correta.**

a) O objetivo do Concurso Cultural Poesia que Pulsa, integrante do Projeto Cuidando do Seu

Coração, é desenvolver um método alternativo de alerta sobre a hipertensão arterial.

b) O Concurso Cultural Poesia que Pulsa integra o Projeto Cuidando do Seu Coração, iniciativa de várias Secretarias Municipais, cujo objetivo é a promoção da conscientização social sobre a produção de poesia da Cidade de São Paulo.

c) Não há participação popular na eleição de ganhador do Concurso Poesia que Pulsa, cujo vencedor será anunciado através de julgamento realizado pelo júri técnico.

d) Poderão participar jovens a partir de 14 anos, com autorização de responsável legal, inscrevendo somente uma obra por inscrição, contanto que a obra não tenha duração inferior a três minutos.

e) O Coletivo Slam das Minas SP integrará o júri técnico do concurso e será responsável pela eleição do vencedor da categoria “Campeão do Voto Popular”.

**8. Há diversas palavras e expressões negritadas e sublinhadas no texto, assinale a alternativa INCORRETA de análise sintática das expressões negritadas e sublinhadas.**

a) A expressão **por meio de** traduz a ideia de meio, instrumento, e poderia ser substituída sem prejuízo de sentido pela expressão ‘mediante’.

b) A oração **para divulgar esta ação** exerce função de finalidade, e poderia ser substituída sem prejuízo de sentido pela oração ‘a fim de divulgar esta ação’.

c) A **expressão que esta** serve como conectora, na qual o pronome **esta** faz referência ao termo inscrição.

## Especialização em Direito Público Municipal

d) A expressão **desde que** indica condição, uma restrição à regra geral, e poderia ser substituída sem prejuízo de sentido pela expressão ‘contanto que’.

e) A expressão **o que** faz referência a termo anterior, exercendo função anafórica, e o pronome relativo **que** substitui o substantivo vídeo.

**9. A ambiguidade se caracteriza pela ausência de precisão das informações contidas em determinado texto, o que confere ao texto multiplicidade de interpretações que decorrem do emprego inadequado, ou menos determinado, da sintaxe (estrutura) ou de palavras da frase. Leia atentamente as frases abaixo:**

I. A gestora levou o funcionário para sua sala.

II. A Casa Civil decretou calamidade pública na cidade do estado sulista que sofre com a seca.

III. Joana discutiu com Patrícia sobre o seu trabalho.

IV. Após suspeita de queda de árvore em praça, o Secretário disse em entrevista “o perigo são as crianças que brincam no local”.

V. É proibido entrar na loja de shorts.

Dentre as frases acima, a AMBIGUIDADE está presente em:

a) I, III e V.

b) II, III e IV.

c) III, IV e V.

d) I, IV e V.

e) todas as frases contêm elementos ambíguos.

**10. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que esteja de acordo com a norma padrão de língua portuguesa:**

a) Após intensas audiências públicas, está sendo discutido os termos do projeto de lei apresentado à Câmara.

b) Malgrados todos se dispusessem a contribuir, ninguém soube informar como qualquer um deles seriam capazes de auxiliar na questão.

c) Nenhum dos concorrentes conseguiu gabaritar a prova de português, a despeito de muito terem estudado.

d) Após o registro fotográfico dos desastres naturais, foi concedido a equipe fotográfica responsável o prêmio de maior prestígio jornalístico do país.

e) O desrespeito às leis e aos códigos influenciam grandemente a sensação de impunidade.

## Direito Constitucional

**11. Assinale a alternativa INCORRETA. De acordo com o Artigo 71 da Constituição Federal, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:**

a) Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.

b) Assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.

c) Sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

## Especialização em Direito Público Municipal

d) O poder/dever de regulamentar - conhecido como jurídico/normativo - que, em regra, pode ir além de sua competência e jurisdição.

e) Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.

**12. Assinale a alternativa INCORRETA. De acordo com os incisos II e III do artigo 71 da Constituição Federal, cabe ao Tribunal de Contas:**

a) Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta.

b) Apreciar, para fins de registro, a legalidade da concessão de aposentadorias, reformas e pensões.

c) Apreciar, para fins de registro, a legalidade das nomeações para cargo de provimento em comissão.

d) Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

e) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.

**13. Assinale a alternativa correta. Em consonância com o Artigo 73 da Constituição Federal, o Tribunal de Contas da União será integrado por:**

a) Sete Ministros.

b) Dez Ministros.

c) Cinco Ministros.

d) Onze Ministros.

e) Nenhuma das alternativas anteriores.

**14. Assinale a alternativa INCORRETA. De acordo com o Artigo 74 da Constituição Federal, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:**

a) Declarar como parte ilegítima o cidadão, partido político, associação ou sindicato para, na forma da lei, denunciar irregularidade ou ilegalidade perante o Tribunal de Contas da União.

b) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

c) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

d) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.

e) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

## Especialização em Direito Público Municipal

**15. Assinale a alternativa INCORRETA. Em consonância com o previsto pelo artigo 73 da Constituição, os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:**

- a) Idoneidade moral e reputação ilibada.
- b) Não ter sido, anteriormente, nomeado para cargo de provimento em comissão.
- c) Notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
- d) Mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
- e) Mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.

**16. Assinale a alternativa INCORRETA. De acordo com o artigo 30 da Constituição federal, compete aos Municípios:**

- a) Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.
- b) Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.
- c) Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
- d) Emitir moeda e, ainda, autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.
- e) Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

**17. Conforme a Constituição Federal de 1988, é permitido aos Municípios:**

- a) Declarar Estado de Sítio, Estado de Defesa e a Intervenção Federal.
- b) Recusar fé aos documentos Públicos.
- c) Criar distinções entre brasileiros.
- d) Estabelecer cultos religiosos ou Igrejas.
- e) Criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.

**18. De acordo com o artigo 29 da Constituição Federal, o Município rege-se por meio de:**

- a) Constituição Municipal, votada em dois turnos.
- b) Constituição Estadual.
- c) Lei Orgânica, votada em dois turnos.
- d) Lei Orgânica, votada em turno único, com quórum qualificado.
- e) Constituição Municipal, votada em turno único, com quórum qualificado.

**19. De acordo com o artigo 31 da Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
- b) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

## Especialização em Direito Público Municipal

c) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

d) É permitida a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais, após estudo de viabilidade orçamentária.

e) As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

### **20. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, EXCETO:**

a) Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

b) Legislar sobre assuntos de interesse local.

c) Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

d) Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.

e) Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

## Direito Financeiro

### **21. Conforme a Lei Complementar 101/00, a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe:**

a) O estabelecimento e cumprimento de regras contábeis rígidas.

b) A economia de recursos públicos em toda e qualquer circunstância.

c) A ação planejada e transparente.

d) A fixação de receitas e a previsão de despesas.

e) O cumprimento das normas internacionais de contabilidade.

### **22. Conforme a Lei Complementar 101/00, a transparência da gestão fiscal:**

a) Os planos e orçamentos não devem ser divulgados por meio eletrônico, já que esses não possuem a formalidade necessária.

b) Autarquias, fundações e demais órgãos da administração indireta não se sujeitam a regras de transparência do art. 48 da Lei Complementar 101/00.

c) O Relatório Resumido de Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal não são compreendidos pelos critérios de publicidade da Lei de Responsabilidade Fiscal.

d) A ocultação das leis orçamentárias deve se dar sempre que necessário.

e) Deve se priorizar a ampla divulgação e o incentivo a participação popular com a realização de audiências públicas.

## Especialização em Direito Público Municipal

**23. A Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar 101/00, estabeleceu que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve conter:**

- a) Programação financeira e cronograma de execução orçamentária.
- b) Quadro de detalhamento das despesas.
- c) Detalhamento dos programas por atividade, projetos e operações especiais.
- d) Anexos de metas fiscais e de riscos fiscais.
- e) Projeção de custos de projetos.

**24. Conforme a Lei Complementar 101/00, considera-se como requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal:**

- a) A instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- b) A flexibilização e a discricionariedade sobre a execução dos créditos aprovados na Lei Orçamentária Anual.
- c) O cumprimento do empenho e da liquidação enquanto etapas da execução da receita.
- d) O controle rígido e em tempo real dos tribunais de contas sobre todos os atos dos administradores públicos.
- e) O impedimento de emendas parlamentares e créditos adicionais que descaracterizem o orçamento público.

**25. Podemos afirmar que é um princípio presente na Lei Complementar 101/00:**

- a) A impessoalidade dos gastos públicos.
- b) O equilíbrio entre receitas e despesas.
- c) A ocultação de dados orçamentários.
- d) A dissociação entre os campos financeiro e orçamentário.
- e) O tratamento específico que deve ser dado às contas do Ministério Público e Poder Judiciário, dado a sua relevância.

**26. Conforme a Lei 4.320/64, sobre o prazo de duração do exercício financeiro podemos afirmar que:**

- a) Corresponde ao período de 01 de abril de um ano e 31 de março do próximo ano.
- b) Pode ser diferente do estabelecido na Constituição.
- c) Será estabelecido pelas regras apresentadas nas constituições estaduais e leis orgânicas.
- d) Coincide com o ano civil, sendo então de 01 de janeiro a 31 de dezembro.
- e) Não apresenta correspondência com o ano civil em nenhuma circunstância.

## Especialização em Direito Público Municipal

**27. Conforme a Lei 4.320/64, sobre os créditos adicionais servem para fazer frente a despesas não computadas ou dotadas de maneira insuficiente na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os créditos adicionais podem ser:**

- a) Ordinários, extraordinários e regulares.
- b) Suplementares, especiais e extraordinários.
- c) Especiais, comuns e intermediários.
- d) Intertemporais, anuais e específicos.
- e) Suplementares, complementares e indicativos.

**28. A Lei 4.320/64 também é conhecida como:**

a) Normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

- b) Lei de Responsabilidade Fiscal.
- c) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- d) Normas gerais de Contabilidade Pública.
- e) Código Nacional de Controle Externo.

**29. Conforme a Lei 4.320/64, cabe a lei orçamentária anual:**

- a) Apresentar todos os programas com seus respectivos objetivos.
- b) Mostrar as diretrizes que orientam a produção da lei orçamentária anual.
- c) Trazer o plano quadrienal de investimentos.
- d) Estar acompanhada dos anexos de metas e riscos fiscais.
- e) Apresentar todas as receitas e despesas para um determinado exercício.

**30. Conforme a Lei 4.320/64, sobre o controle externo, pode-se afirmar que:**

- a) Será sempre exercido pelo poder executivo.
- b) O Poder Legislativo prestará conta anualmente ao poder executivo.
- c) As contas do Poder Executivo serão submetidas anualmente ao Poder Legislativo acompanhadas de parecer prévio dos tribunais de contas.
- d) Será um atributo da própria Fazenda Municipal, criando assim a concepção de auto controle.
- e) Estabelecerá o plano de contas e a relação de balanços financeiros e patrimoniais necessários.

## Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos

**31. Qual dos itens não é modalidade de licitação:**

- a) Tomada de preços.
- b) Convite.
- c) Inexigibilidade.
- d) Concurso.
- e) Leilão.

## **Especialização em Direito Público Municipal**

### **32. Para qual das situações não é dispensável a licitação:**

- a) Para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.
- b) Para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.
- c) Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- d) Na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.
- e) Na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

### **33. Em que situação é inexigível a licitação:**

- a) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- b) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- c) Para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
- d) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- e) Na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.

### **34. Para a habilitação nas licitações não exigirse-á dos interessados:**

- a)Habilitação jurídica.
- b) Qualificação técnica.
- c) Projeto básico.
- d) Qualificação econômico-financeira.
- e) Regularidade fiscal e trabalhista.

## Especialização em Direito Público Municipal

**35. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:**

- a) Objeto da licitação, em descrição sucinta e clara.
- b) Prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação.
- c) Sanções para o caso de inadimplemento.
- d) Local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico.
- e) Pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade.

### Estatuto da Cidade

**36. Com base na leitura do art. 39 do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) que define a função social da propriedade privada, escolha a alternativa que preenche devidamente as lacunas:**

Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no \_\_\_\_\_, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à \_\_\_\_\_ e ao \_\_\_\_\_, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta lei.

- a) plano plurianual, saúde e saneamento básico.

b) plano diretor, educação ambiental e desenvolvimentos de atividade culturais.

c) plano diretor, justiça social e desenvolvimento das atividades econômicas.

d) plano diretor, qualidade de vida, livre mercado.

e) plano plurianual, defesa do patrimônio público e desenvolvimento da participação social.

**37. A Lei 10.257/01 denominada Estatuto da cidade define em seu artigo 2º as diretrizes gerais da política urbana no Brasil. Com base nesse artigo leia as afirmativas abaixo e assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma diretriz desse normativo:**

a) Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.

b) Cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social.

c) Adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana que não devem considerar os limites de sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência.

d) Proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, artístico, paisagístico e arqueológico.

e) Tratamento prioritário às obras e edificações de infraestrutura de energia, telecomunicações, abastecimento de água e saneamento.

## **Especialização em Direito Público Municipal**

**38. De acordo com o descrito no art. 182 da Constituição Federal, a política de desenvolvimento urbano é executada pelo poder Municipal, conforme diretrizes fixadas em lei específica. O Inciso III do artigo 4º do Estatuto da Cidade apresenta alguns instrumentos do planejamento municipal no que se refere a política urbana. Leia as alternativas abaixo e assinale aquela que NÃO apresenta um instrumento de execução da política urbana em esfera municipal.**

- a) Legislar sobre normas gerais de direito urbanístico.
- b) Plano Plurianual.
- c) Diretrizes orçamentárias e orçamento anual.
- d) Disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo.
- e) Plano diretor.

**39. O artigo 25 do Estatuto da cidade define que o direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para a aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares. O artigo 26 define que o direito de preempção do Poder Público será exercido quando este necessitar de áreas para algumas demandas específicas. Assinale abaixo a alternativa que NÃO corresponde a uma situação prevista no artigo em questão.**

- a) Constituição de reserva fundiária.
- b) Criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes.
- c) Ordenamento e direcionamento da expansão urbana.
- d) Outras finalidades de interesse particular ou individual, definidas pelo livre arbítrio.

e) Proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

**40. Os artigos 43, 44 e 45 compõem o capítulo IV do Estatuto da Cidade que recebe o título Da Gestão Democrática da Cidade. Com base nestes artigos leia as frases abaixo, indique V verdadeiro ou F falso e diga qual alternativa apresenta a classificação correta.**

( ) para garantir a gestão democrática da cidade esta previsto no Estatuto da Cidade a utilização de alguns instrumentos de participação social, tais como: debates, audiências e consultas públicas, entre outros.

( ) a gestão orçamentária participativa a partir da realização de debates e audiências públicas sobre as propostas do plano plurianual; da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação na Câmara Municipal.

( ) o poder executivo deve obrigatoriamente fazer consulta pública aberta a toda a sociedade civil durante o processo de formulação, implementação e avaliação da política urbana desenvolvida na cidade.

( ) os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativa dos vários segmentos da comunidade.

a) F,F,V,V

b) V,V,F,V

c) V,V,V,F

d) F,V,V,V

e) V,F,F,V

## Especialização em Direito Público Municipal

### Lei Orgânica do Município de São Paulo

**41. Conforme a Lei Orgânica do Município de São Paulo, NÃO pode ser considerado um princípio ou diretriz da organização do Município de São Paulo:**

- a) A prática democrática.
- b) A universidade e gratuidade do ensino fundamental, médio e superior.
- c) O exercício pleno da autonomia municipal.
- d) A cooperação com os demais entes federados.
- e) A acolhida e o tratamento igual a todos os que, no respeito da lei, afluam para o Município.

**42. NÃO constitui um dos objetivos da Lei Orgânica do Município de São Paulo:**

- a) Organizar o Poder Executivo do Município de São Paulo.
- b) Fortalecer as instituições democráticas.
- c) Fortalecer os direitos da pessoa humana.
- d) Organizar o Poder Legislativo do Município de São Paulo.
- e) Organizar o Poder Judiciário do Município de São Paulo.

**43. Nos termos da Lei Orgânica do Município de São Paulo, é dever do Município de São Paulo:**

- a) Proteção e acesso ao patrimônio histórico.
- b) Fomentar de forma absoluta e irrestrita o desenvolvimento econômico e imobiliário.
- c) Estimular o predomínio absoluto da ação humana intervencionista sobre a paisagem natural.

d) Ampliar a centralização administrativista.

e) Limitar totalmente a elaboração das políticas públicas aos especialistas na área.

**44. Acerca do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, é possível afirmar:**

- a) Não possui corpo funcional próprio.
- b) É um órgão auxiliar e subordinado aos Poderes Executivo e Legislativo do Município de São Paulo.
- c) É integrado por 05 Conselheiros.
- d) É integrado por 07 Conselheiros.
- e) Os requisitos para ser Conselheiro do Tribunal de Contas do Município de São Paulo não se encontram na Lei Orgânica do Município de São Paulo.

**45. NÃO é dever do Poder Municipal, em cooperação com os demais entes federativos:**

- a) Ensino fundamental e educação infantil.
- b) Meio ambiente humanizado.
- c) Acesso universal e igual à saúde.
- d) Locomoção através de transporte coletivo adequado, mediante tarifa livremente regulada pelo mercado, independentemente de valor acessível ao usuário.
- e) Dignas condições de moradia.

## Especialização em Direito Público Municipal

### Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Paulo

**46. A remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede. A Lei 8.989/79, no artigo 53, estabelece que o funcionário removido deverá assumir de imediato o exercício na unidade para a qual foi deslocado, com exceção no(s) seguinte(s) caso(s)**

- I. Em férias
- II. Em licença
- III. Desempenho de cargo em comissão
- IV. Estágio probatório

**Está correto APENAS o que consta em:**

- a) I
- b) I e III
- c) I, II e III
- d) I, II e IV
- e) III e IV

**47. O tempo de serviço é importante para o servidor em relação a diversos critérios, como ocorre, por exemplo, para evolução funcional, férias e também aposentadoria. Na Lei 8.989/79, em seu artigo 64, qual item NÃO será considerado de efetivo exercício os dias em que o servidor estiver afastado do serviço em virtude de:**

- a) Licença compulsória.
- b) Missão ou estudo de interesse do Município em outros pontos do território nacional ou no exterior, quando o afastamento houver sido expressamente autorizado pelo Prefeito.

c) Convocação para cumprimento de serviços obrigatórios por lei.

d) Exercício de outro cargo em comissão ou função na administração direta ou indireta.

e) Licença por motivo de doença do cônjuge e de parentes até segundo grau.

**48. Thamiris, servidora pública da Prefeitura de São Paulo, solicitou em junho de 2010 e foi concedida no mesmo mês a licença para tratar de interesse particular. A mencionada licença observou todos os trâmites legais e perdurou por 2 (dois) anos, tendo Thamiris regressado e reassumido as suas funções no término em junho de 2012. Em 2013, Thamiris pleiteou novamente a mesma licença. Nos termos da Lei 8.989/79, o afastamento pleiteado:**

a) Não será possível, pois somente decorrido o período de quatro anos contados do término da licença anterior é que se admite a nova ausência.

b) Não será possível, pois somente decorrido o período de cinco anos contados do término da licença anterior é que se admite a nova ausência.

c) Não se aplica a servidores que já fizeram jus a benefício semelhante, como é o caso de Thamiris.

d) É possível a concessão de uma nova licença.

e) Não será possível, pois somente decorrido o período de dois anos contados da licença anterior é que se admite a nova ausência.

## Especialização em Direito Público Municipal

**49. Em matéria de regime disciplinar, a Lei 8.989/79, no artigo 179, estabelece que ao servidor é proibido:**

- a) Retirar, independentemente de prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.
- b) Atuar, como procurador, junto a repartições públicas, para tratar de interesses de seu cônjuge.
- c) Aceitar representação de Estado estrangeiro, sem autorização do Presidente da República.
- d) Participar da gerência ou administração de empresas bancárias ou industriais ou de sociedades comerciais, mesmo que não mantenham relações comerciais ou administrativas com o Município.
- e) Exercer, mesmo fora das horas de trabalho, emprego ou função em empresas, estabelecimentos ou instituições que tenham ou não relações com o Município.

**50. De acordo com a Lei 8.989/79, NÃO estará sujeito à penalidade de demissão o servidor público nos casos de**

- a) Ofensas físicas, em serviço ou em razão dele, a servidores ou particulares, salvo se em legítima defesa.
- b) Receber estipêndios de fornecedores ou de entidades fiscalizadas.
- c) Abandono do cargo.
- d) Faltas ao serviço, sem justa causa, por mais de 30 (trinta) dias interpolados ou consecutivos durante cinco anos.
- e) Procedimento irregular de natureza grave.

